

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

ESTADO DE RONDONIA
Assamblea Legislativa

27 MAR 2007

Protocolo 023/07

Processo 023/07

PROJETO DE LEI



AUTOR Deputado Néri Firigolo - PT

"Estabelece a obrigatoriedade de devolução do valor alusivo a matrícula, em caso de desistência do curso pelo aluno".

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º. Os estabelecimentos de ensino superior ficam obrigados a devolver aos alunos, que desistam do curso até o dia do início das aulas, o valor pago alusivo à matrícula, no ato da formalização da desistência, descontada a taxa de administração.

Art. 2º. O descumprimento do disposto nesta Lei acarretará ao infrator penalidades a serem implementadas no regulamento.

Art. 3º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei em 90 dias a contar da sua publicação.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário das Deliberações, 26 de março de 2007.

Néri Firigolo
Dep. Néri Firigolo

JUSTIFICATIVA

Comum tornou-se a prática de universidades efetuarem a matrícula de seus alunos antes da realização de exames vestibulares em outras faculdades existentes no Estado, exigindo, na realização da matrícula, muitas vezes, o pagamento equivalente a uma mensalidade, referente às disciplinas "obrigatórias" do primeiro semestre.

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI

Nº



AUTOR Deputado Néri Firigolo - PT

Acontece que muitas vezes o aluno já matriculado em uma determinada universidade, consegue aprovação em outro estabelecimento de ensino superior, vindo a optar, posteriormente, por esta nova instituição.

Seguidamente, a quantia já paga quando da efetivação da matrícula não é devolvida integralmente ao estudante, que não pode ser coagido, como ocorre atualmente, a pagar antecipadamente valores para garantir a sua vaga em uma universidade.

Busca-se, ao menos, com esta proposição, que o valor relativo à matrícula em uma determinada universidade, despendido pelo aluno que optar por curso de ensino superior em outra instituição, seja devolvido, de forma integral, até a data do início das aulas.

Assenta-se a presente proposição em jurisprudência, já pacificada dos tribunais, inclusive do STJ, que tem entendimento de que o valor pago a título de matrícula deve ser devolvido ao aluno que desiste do curso, desde que dentro dos requisitos do art. 49 do CDC, permitindo-se, apenas, ao estabelecimento de ensino, reter pequena parte desse valor, a título de taxa de administração. (STJ, RESP 00081862/SP).

Trata-se, sem dúvida, de matéria atinente ao direito do consumidor, pois é ilegal compelir o consumidor a pagar por um serviço que não virá a utilizar, ou seja, efetuar a matrícula em uma universidade que não poderá vir a cursar.